

Na “contracorrente” do desenvolvimentismo: autonomia organizativa, democracia partidária e o socialismo radical da Liga Socialista Independente (1956-1960)

In the countercurrent of developmentalism: organizational autonomy, party democracy and radical socialism of Independent Socialist League (1956-1960)

Mabelle Bandoli

Mestre em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná - UFPR
e-mail: mabelle.bandoli2@gmail.com

Recebido: 07/10/2013
Aceito: 20/12/2013

RESUMO Este artigo se dedica à apresentação, análise e discussão das definições programáticas e dos traços organizativos da Liga Socialista Independente – LSI, principalmente no que tange ao seu posicionamento diante das propostas gerais da política desenvolvimentista e nos seus traços institucionais relativos à autonomia organizativa e democracia interna. Buscamos neste trabalho cumprir os seguintes objetivos: 1) *Exame dos princípios programáticos* mais gerais e o *debate das definições programáticas para a situação política brasileira*, que se encontram definidos nas fontes documentais analisadas. a; 2) *A caracterização dos traços organizativos* definidos em Estatuto, considerando que tais traços são mais reveladores da existência de um projeto do que de uma identidade forjada na prática concreta da ação político-partidária da LSI. 3) *A análise crítica* das escolhas feitas pela Liga, levando em conta a formação social da sua militância e as limitações e possibilidades institucionais à sua disposição. Como fontes, utilizamos todos os números publicados do “Ação Socialista”, jornal e veículo central da Liga; o Projeto de Programa e Estatutos, formulado e aprovado por unanimidade quando da fundação da agremiação, em 1956 e o depoimento de Michael Löwy, ex-militante da LSI. Os resultados foram obtidos a partir da comparação com as duas outras agremiações de extrema-esquerda que lhes eram contemporâneas: o trotskista Partido Operário Revolucionário (POR) e o Partido Comunista do Brasil (PCB). Concluímos que os traços organizativos fundamentais da Liga – grande margem de autonomia em relação às instituições externas e uma democracia interna significativa – possibilitou à LSI uma formulação programática bastante original, especialmente se comparada às propostas dos demais partidos da esquerda marxista.

PALAVRAS-CHAVE Partidos de esquerda no Brasil; Marxismo e desenvolvimentismo; Institucionalização Partidária; Autonomia organizativa; Democracia partidária.

ABSTRACT *This article is dedicated to the presentation, analysis and discussion of programmatic definitions and organizational features of the Independent Socialist League - LSI, especially in regard to their attitudes towards the general proposals of development policy and its institutional features relating to organizational autonomy and internal democracy. This work aims at fulfilling the following objectives: 1) Examination of the general programming principles and discussion of programmatic settings for the Brazilian political situation, which are defined in the documentary sources analyzed. 2) characterizing organizational traits defined in the Statute, considering that such traits are more revealing the existence of a project than an identity forged in concrete practice of partisan political action of LSI. 3) A critical analysis of the choices made by the League, taking into account the social formation of its militancy and institutional constraints and possibilities at your disposal. As sources, we used all the published numbers of "Socialist Action", journal and central vehicle of the League; the Draft of Programme and Statutes, formulated and adopted unanimously as the foundation of the club in 1956 and testimony by Michael Löwy, former militant of LSI. The results were obtained from the comparison with the other two associations of the extreme left who were contemporary to them: the Trotskyist Revolutionary Workers Party (POR) and the Communist Party of Brazil (PCB). We conclude that the basic organizational features of League - wide margin of autonomy from external institutions and a significant internal democracy - allowed the LSI quite unique programmatic formulation, especially compared to the proposals of other parties of the Marxist left.*

KEYWORDS *Left parties in Brazil; Marxism and developmentalism; Party Institutionalization; Organizational autonomy, Party democracy.*

Introdução

Este artigo se dedica à apresentação, análise e discussão das definições programáticas e dos traços organizativos da Liga Socialista Independente – LSI, principalmente no que tange ao seu posicionamento diante das propostas gerais da política desenvolvimentista e nos seus traços institucionais relativos à autonomia organizativa e democracia interna (Panbianco, 2005). Apesar de não se declarar exatamente como uma organização partidária (o que se explica pela rejeição dos seus militantes aos modelos até então propostos pelas organizações de esquerda, principalmente as que se filiavam ao bolchevismo), a LSI apresentou, durante a sua breve existência, vários traços que a identificam com os demais partidos clandestinos da época – a saber, o Partido Comunista do Brasil (stalinista/marxista-leninista) e o Partido Operário Revolucionário (de orientação trotskista). Em relação a alguns deles, tem ainda a vantagem de ter criado, imediatamente à sua fundação, um corpo de

bem definido de documentos oficiais, entre eles um estruturado Projeto de Programa e Estatutos.

A Liga, fundada em 1956 por militantes rompidos com a IV Internacional¹, propunha uma crítica radical ao modelo organizativo bolchevique (LSI, 1956). Defendia a formação de organizações partidárias menos centralizadas no que diz respeito à possibilidade de formulação e tomada de decisões, traço característico das teses de Rosa Luxemburgo (Bogo, 2010). O partido definiu em estatuto espaços para livre contestação e organização de tendências baseadas na discordância política, pressupondo que qualquer militante poderia e deveria influenciar a linha política a ser adotada. A Liga propunha que se ampliasse a participação dos seus militantes em

¹ A Quarta Internacional (QI) é uma organização comunista internacional, fundada na França em 1938, após Trotsky e seus seguidores serem expulsos da União Soviética.

diversos espaços decisórios, acreditando que essas formas de ação também permitiam aprimorar sua educação política e consciência de classe (LSI, 1956).

Os membros da Liga eram, em sua maioria, jovens estudantes universitários - havia apenas um único operário, sapateiro de origem anarquista que vinha das fileiras do extinto Partido Socialista Revolucionário (PSR) - localizados no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na organização militaram Hermínio Sachetta, Paul Singer, Michael Löwy, os irmãos Eder e Emir Sader, Gabriel Cohn, Maurício Tragtenberg e Moniz Bandeira (Ferreira, 2005). Publicou o jornal “Ação Socialista”, que teve tiragem de 500 exemplares e manteve-se atuante até 1960. Em nossa opinião, a predominância de quadros universitários na agremiação é um elemento bastante importante para a conformação programática da Liga, especialmente para a aparição, em seus textos, de temas e propostas políticas que se diferenciavam significativamente dos demais partidos da extrema esquerda brasileira na época. Trataremos desse assunto na parte do texto que se dedica à análise programática da LSI.

A maioria dos militantes envolvidos na fundação e nas atividades da Liga já havia experimentado a atuação em outras organizações. Hermínio Sachetta, por exemplo, tinha uma significativa bagagem política, acumulada em mais de vinte anos de militância nas fileiras do PCB e do trotskista PSR. Talvez o mérito de reunir experiências tão ricas tenha sido o exato contrapeso ao seu reduzidíssimo efetivo - segundo Michael Löwy (apud Sachetta, 1992), o grupo nunca passou de vinte pessoas - estabelecendo um equilíbrio que permitiu a elaboração das refinadas leituras que justificam, pela sua originalidade, a inclusão da organização nessa análise.

Entre os partidos da extrema esquerda brasileira dos anos 1950, é nos textos da LSI que encontramos maior número de propostas alternativas às presentes nos documentos do PCB - principal organização marxista da época, que definia os termos e limites do debate político nesse campo. Na “Proposta de Programa” luxemburguista, pouco se aborda o tema da industrialização - princípio que conduz toda a linha programática do Partido e dos trotskistas do Partido Operário Revolucionário (POR) como imperativo para o desenvolvimento econômico e político do país. No documento há um espaço substancial dedicado à questão agrária (tratada de forma muito distinta da visão pecebista, que a vinculava à idéia de “atraso” e de permanência de traços “feudais” no modo de produção), à questão da educação e da maximização dos espaços de atuação e decisão política dos trabalhadores em sindicatos, conselhos, órgãos de gestão estatal, etc. Além disso, o programa apresenta

um projeto de Estado Socialista, com definição de poderes e instâncias públicas de decisão política como Assembléia Geral, Poder Judiciário, entre outros.

O documento traz ainda definições claras sobre os princípios programáticos da Liga, que se aplicavam à leitura da política brasileira na época, às disputas nacionais e internacionais da extrema esquerda, às indicações para organização do poder político institucional - relativas tanto ao regime democrático-liberal quanto à composição do Estado sob o socialismo - e à dinâmica propriamente partidária. Além disso, apresentamos os resultados da de leitura de todos os exemplares do jornal “Ação Socialista”, publicado pela LSI de junho de 1958 a meados de 1960, totalizando nove edições.

Dessa forma, buscamos neste trabalho cumprir os seguintes objetivos: 1) *Exame dos princípios programáticos* mais gerais e o *debate das definições programáticas para a situação política brasileira*, que se encontram definidos no programa e também em textos publicados na imprensa partidária. Para mapear a sua posição em relação às proposições comunistas e do contemporâneo POR, procuramos discutir especialmente esses últimos escritos, já que se destinavam ao debate direto de propostas, além de traduzirem os princípios gerais do programa na política cotidiana; 2) *A caracterização dos traços organizativos* definidos em Estatuto, considerando que tais traços revelam mais um projeto que uma identidade forjada na prática concreta da ação político-partidária da LSI. Essa ressalva é amenizada pelo fato de que a própria elaboração do Estatuto buscava responder às questões práticas colocadas pela ação política que os militantes desempenharam em outras organizações. 3) *A análise crítica* das escolhas feitas pela Liga, levando em conta a formação social da sua militância e as limitações e possibilidades institucionais à sua disposição.

A Origem da Liga como Desdobramento da Aspiração à Independência

A cisão gerada pelo III Congresso da IV Internacional² foi decisiva para a criação da Liga. Contrário às teses

² O III Congresso da IV Internacional, realizado em 1951 em Paris. Nesse congresso, o então secretário-geral, o grego M. Raptkis (em codinome Michel Pablo) apresentou um polêmico conjunto de teses que, ao serem aprovadas, reorientaram toda a política dos partidos filiados. Neles encontravam-se as bases de uma vertente do trotskismo que ficou conhecida como “pablismo”. A política proposta por Pablo e aprovada no III Congresso foi denominada como “*entrismo sui generis*” e sugeria infiltrar os partidos filiados à IV Internacional nos partidos comunistas de seus países, gerando a primeira divisão da organização: em novembro de 1953, as seções partidárias que optaram por se opor às teses pablistas organizaram o *Comitê Internacional da*

de Michel Pablo, em 1952 Sachetta rompeu com o trotskismo. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira (2008) (apud Oliveira, 2008) essa divergência evoluiu para a tese de que a URSS era um Capitalismo de Estado - tese, aliás, presente no Programa da LSI - e para a convicção de que o modelo político bolchevique era o grande responsável pelo fenômeno stalinista. No entanto, assim como Sachetta e Alberto Luiz da Rocha Barros, Bandeira afirma ter negado a conceituação da URSS como “estado operário degenerado” e demais posições que considerava muito sectárias, formuladas por outros militantes dissidentes que almejavam construir um novo partido. O grupo acabou aderindo ao marxismo luxemburguista, corrente que, como veremos, orientou boa parte das formulações da LSI.

Sachetta, Bandeira e Rocha Barros se unem a alguns militantes trotskistas “que tinham rompido com a IV [Internacional] e que eram revolucionários” (Oliveira, 2008: 41) e fundam a Liga. Em comum, seus primeiros membros tinham a postura de crítica à forma de organização partidária defendida por Lênin no “Que Fazer?” (publicado originalmente em 1903) e a busca da “síntese efetiva entre revolução e democracia, socialismo e liberdade” (Löwy apud Sachetta, 1992). Exercendo um papel de liderança incontestante no grupo,

Sachetta formulava uma orientação política que ia categoricamente a contrapelo dos lugares comuns da esquerda brasileira desta época. Recusando o populismo, o nacionalismo, a ideologia do desenvolvimento e a política das reformas, ele insistia obstinadamente na necessidade de uma orientação classista, internacionalista, socialista-revolucionária. O inimigo era o capitalismo nas suas duas versões: a sociedade burguesa ocidental e o capitalismo de Estado soviético. Seus editoriais no Ação Socialista, redigidos num estilo inconfundível – com muitos adjetivos raros a substantivos pouco usados – denunciavam as várias facetas da política das classes dominantes (e seus porta-vozes no movimento operário) (Löwy apud Sachetta, 1992: 81).

IV Internacional (CI). A fração que se manteve ligada à direção de Pablo reuniu boa parte dos partidos trotskistas, de nome *Secretariado Internacional (SI)*. Na América Latina, o Congresso devia ainda decidir sobre a disputa entre as organizações lideradas por Nahuel Moreno e J. Posadas para representar oficialmente a IV Internacional na Argentina e organizar o trabalho nos países vizinhos. Na época, Posadas se apresentava com uma política mais compatível com a linha recém aprovada pela organização. Seu grupo foi declarado seção argentina da IV, e ele se manteve como o encarregado da organização do Bureau Latino-Americano da Internacional, o BLA. Seguindo na oposição à direção pablista, Moreno apoiou o CI, e, em 1954, reuniu-se a dirigentes de outros partidos do continente para formar o *Secretariado Latino-Americano do Trotskismo Ortodoxo (SLATO)*, uma organização concorrente ao BLA.

A crítica ao centralismo e a caracterização da União Soviética como um capitalismo de Estado aproximavam a LSI das teses luxemburguistas e as afastavam da IV Internacional. Mas algumas aproximações com as análises trotskistas são percebidas nas apreensões do capitalismo no Brasil. Como bem observa Pedro Roberto Ferreira (Ferreira, 2005), a utilização de conceitos como “desenvolvimento desigual e combinado” identificam as formulações da Liga mais com Trotsky e Lênin do que com Rosa Luxemburgo.

A Liga Socialista Independente dava continuidade ao trotskismo no Brasil, ao entender que a burguesia industrial que se combinava com a agrária sob as determinações de uma financeira e internacional, necessitava de um Estado na reprodução do seu capital, de um bonapartismo, sobretudo, frente aos movimentos sociais, políticos, mais graves, para frear os movimentos mais radicais do proletariado (Ferreira, 2005: 43).

Adiantando algumas análises, também presentes na “Revolução Burguesa” de Florestan Fernandes (Fernandes, 2009)³, a LSI avaliava que o capitalismo monopolista, ao se deparar com formas de produção pré-capitalista, as submete à sua lógica, gerando um desenvolvimento desigual e combinado dirigido pelo capital financeiro. O capitalismo tardio que se desenvolveu no Brasil “[...] combinava situações econômicas desiguais em seu território com reflexos nas organizações políticas e partidárias da burguesia [...]” (Ferreira, 2005). O regime político burguês brasileiro não experimentou grandes transformações democráticas. Os traços autocráticos da “dominação burguesa” (Fernandes, 2009) e a herança dos longos períodos ditatoriais se faziam sentir mesmo nos “intervalos democráticos”.

As conseqüências conferiam aos socialistas maiores dificuldades no trabalho de mobilização e conscientização dos trabalhadores, já que se mantinha a freqüente combinação entre repressão e manipulação imposta pela burguesia à política nacional. A formação de um “ambiente democrático-burguês” foi impossibilitada pela

[...] estrutura econômica marcada pelo domínio da grande propriedade no campo, com os seus milhares de trabalhadores assalariados em condições miseráveis, aliada ao predomínio da

³ A relação de amizade e colaboração intelectual com Hermínio Sachetta se iniciou, segundo o próprio Florestan Fernandes, ainda nos anos 1940. As idéias e a personalidade do militante são descritas por Fernandes em rico e emocionado depoimento publicado em 1991 na coletânea “O caldeirão das bruxas e outros escritos políticos”, pela Editora da Unicamp.

grande indústria a do alto comércio nos centros urbanos, que monopolizavam o controle dos meios de produção, a produção e a distribuição dos produtos no mercado, gerando consumo para poucos. (Ferreira, 2005: 44).

Nada mais apropriado, portanto, que a defesa intransigente de uma política pautada pela independência de classe, o que afastava a LSI do POR e do PCB. Expressões como a “revolução em etapas”, aliança com a “burguesia progressista” ou mesmo a “superação dos restos feudais” não faziam sentido em seu léxico. O apoio dos comunistas à candidatura de Jânio Quadros e a insistência do POR em se manter a reboque do PCB estavam fora dos horizontes políticos da Liga. Em comentário elaborado sobre a disputa eleitoral entre Lott e Jânio, o “Ação Socialista”, em texto assinado por Hermínio Sachetta, afirma:

A gravidade disso, para as rudimentares instituições democráticas brasileiras e, sobretudo, para os trabalhadores, repousa em que, eleito presidente, qualquer dos dois tenderá a evoluir para o bonapartismo, isto é, para o poder unipessoal, supostamente acima das classes. E as presentes e catastróficas condições sócio-financeiras do Brasil, que prometem agravar-se, ao extremo, no decurso deste ano, conforme os próprios economistas burgueses, propiciarão, com as greves e lutas de massas em ritmos ascendente, o clima para tentativas de ditadura, facilitada pela origem híbrida e formação mental de ambos os candidatos. Se é que um dos candidatos chegue mesmo a tornar-se presidente, hipótese insegura, face ao descalabro da situação econômico-financeira e por força dos dois blocos eleitorais em presença, ambos de cunho inelutavelmente demagógico. (Sachetta, 1992: 110).

As prioridades da LSI estavam mais ligadas à conscientização dos trabalhadores através da progressiva ampliação de sua participação política – atividade que a tradição luxemburguista acredita ser primordial para o amadurecimento da consciência revolucionária. Por isso, defendia que as liberdades democráticas deviam ser radicalizadas, elevando ao máximo as potencialidades presentes nas instituições do regime liberal.

Longe estão os socialistas marxistas de “amar” a legalidade burguesa. Mas de modo algum desejam vê-la substituída por uma DITADURA BURGUESA, civil ou militar, que apenas poderá trazer para o proletariado e às massas populares maior miséria e mais dura opressão. Ao contrário, o que reclamam os socialistas marxistas, que não crêem absolutamente na burguesia e menos ainda em um ditador ‘iluminado’ é, antes, a ampliação

em seus limites máximos, das atuais instituições democráticas. (Sachetta 1992: 106, grifo do autor)

Como vanguarda revolucionária dos trabalhadores, os militantes da LSI assumiam a responsabilidade de promover a “conscientização dos espoliados”, levando até eles o acúmulo das formulações teóricas fundamentais produzidas pelos socialistas. De fato, o Programa oficial da Liga dedica boa parte das suas propostas às políticas relativas à educação. É interessante notar que muitas delas são dirigidas ao que a organização chama de “realização imediata”, ou seja: antes mesmo que se concretizasse a meta de “substituir o Estado capitalista pela Sociedade Socialista” (LSI, 1956).

Socialismo com Democracia: Princípios Programáticos para a Ação Política

A preocupação com a ampliação dos espaços democráticos e de participação aparece com destaque nos princípios fundamentais que orientam o Programa da LSI. Em sua definição de socialismo, o documento afirma:

O socialismo, quando critica as liberdades formais da democracia burguesa, não pretende destruir a liberdade, mas dar-lhe formas concretas que possam, efetivamente, ser utilizadas por todos. Como já foi afirmado, a questão da forma democrática é uma questão de conteúdo socialista. A luta pelo Socialismo é inseparável da luta pela Liberdade, do mesmo modo que a luta pela Liberdade é hoje inseparável da luta pelo Socialismo. (LSI, 1956).

A definição programática em dois momentos distintos - o da “aplicação integral de seu programa” no “regime social em que será totalmente suprimida a exploração do homem pelo homem” (LSI, 1956) e o da progressiva realização das reivindicações imediatas - é um dado importante. A nosso ver, é essa divisão que permite à Liga formular simultaneamente as metas gerais da organização e seus objetivos políticos diretos, o que a tradição leninista denominaria como a necessária combinação de “objetivos táticos” (imediatos) com os “objetivos estratégicos” (de longo prazo).

No que diz respeito aos princípios que orientavam sua organização política, as propostas contidas no programa oferecem um panorama rico para a análise. Elas versam desde a imediata “defesa intransigente e ampliação das liberdades democráticas” até a organização do Estado em um “regime pluri-partidário socialista”. A síntese entre socialização dos meios de

produção e democratização política é reafirmada como princípio fundamental da Liga. No seu programa, a democracia é tratada como um *princípio geral* de organização da sociedade, como *um valor* que deve nortear todas as relações humanas. A militância socialista e a organização do Estado são apenas duas das inúmeras dimensões políticas que deveriam ser orientadas pelo mesmo princípio.

Definindo a democracia como o sistema em que o desenvolvimento de cada um é condição do desenvolvimento de todos, e vice-versa, o Socialismo representa a forma mais completa e mais profunda da vida democrática, pois significa a sua aplicação a todos os setores da atividade humana. Para o Socialismo, dentro das possibilidades reais oferecidas pelo desenvolvimento das forças produtivas, liberdade é a possibilidade plena assegurada a todo ser humano de desenvolver e utilizar ao máximo as suas capacidades e virtualidades. Para o Socialismo, igualdade é a posse efetiva da liberdade. É a liberdade tornada concreta. (LSI, 1956)

Em oposição a tais princípios fundamentais, a Liga elige seus maiores inimigos: Complementares em uma “mesma realidade alienadora”, os dois se fortalecem mutuamente, sendo o totalitarismo fruto político das necessidades de salvar o sistema capitalista “em nossa época de contradições finais”. A supressão das liberdades políticas realizadas nos diversos regimes totalitários indicam, para a LSI, a impossibilidade absoluta de combiná-lo com o socialismo.

À medida que centralizam o controle e a dominação da economia e da sociedade nas mãos de um número cada vez menor de pessoas, ou de um chefe único, cria-se uma estrutura de relações sociais propícia à implantação de uma ideologia totalitária. As formas antidemocráticas das relações sociais tanto criam trabalhadores em condições subjetivas de confusão, ignorância e desalento, quanto permitem o monopólio totalitário de informação, de pensamento e de educação. Esse processo é particularmente perigoso e nefasto nos países e povos de fraca ou nenhuma tradição democrática. [...] Dentro da estrutura geral do capitalismo de Estado, a alternativa histórica é, em suas grandes linhas, a seguinte: Totalitarismo ou Socialismo. (LSI, 1956)

Evitar o fomento ao ambiente propício à política totalitária, criar relações sociais orientadas pelos princípios democráticos, socializar o poder decisório e promover a participação política são estratégias que os luxemburguistas acreditam fornecer antídotos eficazes às “deformações burocráticas” vividas pelo comunismo soviético. As chamadas “condições subjetivas” ganham destaque no programa da Liga,

que subverte uma das principais bases do pensamento pecebista: a afirmação da meta do “desenvolvimento das forças produtivas” como prioridade absoluta para a transformação revolucionária da sociedade.

No que diz respeito à questão democrática, o texto produzido pela LSI, tanto nas propostas de “aplicação imediata” (que contam, como observamos, com uma seção específica do Projeto de Programa da Liga) e em algumas das “propostas gerais” (dispersas por todo documento), se compara, em alguma medida, aos documentos oficiais produzidos pelo PCB no mesmo período, especialmente com o texto aprovado pelo IV Congresso do Partido, em 1954 (PCB, 1954). Reivindicações como ampliação do direito ao voto para analfabetos e setores militares, autonomia administrativa entre os órgãos dos governos em nível municipal, estadual e federal, bem como a possibilidade de revogação dos mandatos por iniciativa popular constam nos programas comunistas, bem como nos luxemburguistas. No entanto, observamos que as propostas de ampliação da participação direta dos trabalhadores em várias instâncias decisórias, bem como em conselhos gestores de fábricas e empresas são mais frequentes no programa da LSI. Além disso, a defesa de determinados princípios da democracia liberal não acarreta, no texto da Liga, na reivindicação da construção de alianças com os chamados “setores progressistas” da burguesia, ou na sugestão da formação de governos de Frente Ampla, como o que se coloca nos documentos pecebistas – em especial no texto aprovado no V Congresso do Partido (PCB, 1960), realizado depois da sua reorientação política (Segatto, 1995).

O determinismo econômico e o produtivismo característicos do programa comunista também não se encontram nas linhas do documento fundador da Liga. As necessidades essencialmente políticas do projeto socialista são salientadas pela LSI, que aponta a importância de manter sobre elas a atenção redobrada, mesmo depois da derrubada do Estado burguês pelo proletariado. A negligência em relação à permanente necessidade de socializar o poder político e aprofundar a democracia através da participação efetiva dos trabalhadores nos processos decisórios – dentro e fora do partido – teria sido uma das causas da derrocada totalitária da Revolução Russa.

A história dos nossos dias também está a mostrar, clamorosamente, que as formas autocráticas do pretense socialismo estaliniano – de inspiração bolchevista – não só submeteram os trabalhadores ao despotismo dos Estados de regime monopartidário como disseminaram uma nefasta confusão na consciência militante das vanguardas operárias, fazendo com que o Socialismo, que é a mais alta expressão da liberdade do homem, seja

apresentado como a total alienação dessa mesma liberdade em favor de grupos de chefes que se apossam do poder do proletariado. Essa crítica ainda é válida mesmo para os partidos comunistas que, após o XX Congresso do PCUS, repudiaram o “culto da personalidade”, mas mantém ainda as formas organizatórias totalitárias que conduzem aos mesmos erros e traições da classe operária. (LSI, 1956, grifo nosso).

Frisemos essa menção às “formas organizatórias totalitárias” atribuídas aos partidos comunistas. Por ora, ela será tratada como mais um indicativo da presença da democracia no programa da Liga como *um valor em si*, e não só como um *regime político* específico, o regime democrático-liberal (embora os luxemburgistas defendessem algumas das suas características, como veremos a seguir). Mas notemos que essa observação será fundamental para, mais adiante, discutirmos o modelo organizativo que orientou as definições estatutárias do partido e seus traços institucionais.

Feito esse parêntesis, passamos às propostas políticas da LSI para a organização política do Estado socialista. Sem mencionar a abolição das formas representativas de democracia, o programa defende a criação de “[...] conselhos, sindicatos e outras formas de representação econômico-política dos produtores diretos [...]” (LSI, 1956, grifo nosso), com representação proporcional de todas as “tendências anticapitalistas” (LSI, 1956). O caráter anticapitalista, “marxista ou não”, só poderia ser decidido pela Assembléia Nacional, que teria o poder de declarar a legalidade ou ilegalidade dos partidos.

A Assembléia Nacional seria o órgão máximo do poder político do Estado e deveria funcionar como “[...] câmara única nacional dos representantes do povo, parlamento permanente e soberano [...]” (LSI, 1956). As eleições dos representantes para a Assembléia Nacional - bem como para os demais órgãos do Estado - se dariam por

[...] voto secreto, universal e direto para todos os maiores de 18 anos, sem distinção de sexo, nacionalidade, grau de instrução, crença religiosa, convicção filosófica ou atividade profissional [...] (LSI, 1956).

Dela se formaria uma Comissão Executiva Colegiada, subordinada diretamente à mesma Assembléia. Todos os mandatos poderiam ser cassados por determinação dos eleitores.

O poder judiciário deveria contar com autonomia funcional, e os princípios eletivos também se aplicavam a todos os seus graus e formas; o Estado devia ser laico, separando-se completamente das

[...] diferentes igrejas ou crenças religiosas, de modo que nenhuma delas receba do Estado subvenções ou auxílios financeiros, nem mantenha com ele relações de dependência ou aliança [...] (LSI, 1956).

A organização em União Federativa seria mantida somente enquanto não fossem eliminadas as atuais desigualdades econômico-sociais nas diferentes regiões do país. Em respeito às “conveniências gerais da reorganização socialista da sociedade” (LSI, 1956), a Liga defendia uma progressiva descentralização administrativa, buscando fortalecer a iniciativa direta das regiões e municípios.

Em todo caso, essa e as demais diretrizes tinham caráter provisório, e se manteriam apenas durante o tempo em que o Estado se fizesse necessário, “[...] sobretudo para conter as tentativas de restabelecimento da ordem capitalista ultrapassada [...]” (LSI, 1956). Sua existência se justificaria apenas para garantir a “[...] administração sobre as coisas e não como forma de opressão e de automatização dos homens [...]” (LSI, 1956). Para que sua função administrativa não se convertesse em uma deformação dos rumos almejados pelos socialistas, seria necessário “[...] combater toda burocratização tecnicamente excessiva e politicamente reacionária dentro dos órgãos estatais [...]” (LSI, 1956), desencorajando a formação de uma camada de trabalhadores administrativos que se beneficiasse com remuneração superior à dos operários qualificados.

Importante notar que todos os órgãos de poder até aqui citados seriam comandados, segundo o programa da LSI, por mecanismos de *representação* política. Ainda que aumentem significativamente o alcance das esferas de decisão dirigidas por lideranças eleitas diretamente pela vontade popular, os luxemburgistas não chegam a afastar muito sua utopia de Estado Socialista das características básicas do regime democrático-liberal. Demonstra-se aqui que a sua preocupação com a ampliação das instituições democráticas já existentes extrapolava os limites da “radicalização progressiva da democracia burguesa”, se estendendo para a “Sociedade Socialista” que deveria se construir após o período revolucionário.

Em seus “objetivos históricos fundamentais”, a LSI afirma, além da transformação do Estado capitalista em sociedade socialista, os seguintes projetos:

No terreno econômico o objetivo da LSI é tornar propriedade comum e efetiva dos produtores diretos toda riqueza produzida pelo seu trabalho, através da socialização dos meios de produção; No terreno cultural, o objetivo da LSI é a educação da coletividade em bases democrático-socialistas, visando à fraternidade humana através de mais

altas formas de desenvolvimento pessoal e social, com a abolição de todos os privilégios de classes ou preconceitos de nacionalidade, sexo e raça; A LSI, embora assente seu esforço principal na libertação do proletariado, não se destina a lutar pelos interesses exclusivos de apenas um setor dos trabalhadores, mas pelos interesses de todos os que vivem do seu próprio trabalho. (LSI, 1956).

Note-se que, além do destaque à “educação da coletividade em bases democrático-socialistas”, os luxemburguistas afirmam não estabelecer hierarquias entre os diferentes setores dos trabalhadores, o que, como veremos, os distingue substancialmente das propostas pecebistas e trotskistas – que viam no proletariado urbano industrial o grande sujeito da luta de classes. Essa alteração, mais do que uma simples divergência tática, assinala a peculiaridade do programa da LSI em relação aos demais.

Essa particularidade se deve, a nosso ver, à análise que a Liga fazia da situação brasileira. Ainda que, como os trotskistas, os luxemburguistas se inspirem em muitas categorias encontradas nos textos de Caio Prado Junior e de Trotsky, as articulações conceituais que realizavam se desenvolviam de uma forma bastante distinta daquela característica dos textos do POR – que, como vimos, precisava mediar as deliberações do Bureau Latino Americano da IV Internacional com as disputas travadas no interior do PCB.

Para a LSI, o Brasil era um país no qual o capitalismo teria se desenvolvido de maneira retardatária, o que não o teria permitido resolver a questão agrária, nem se libertar da sua sujeição ao Imperialismo. Tal condição importaria uma redobrada exploração sobre seus trabalhadores, que se veriam oprimidos pela burguesia nacional e, através dela, pelo Imperialismo. A burguesia nacional - que para a LSI se dividia internamente em duas frações de classe, a industrial e a latifundiária - contaria com uma “escassa capitalização”, o que a levaria a buscar mais formas de extorsão da mais-valia e a reclamar uma taxa de lucro de alto nível, o que redundaria em “[...] brutal exploração econômica, não apenas da classe operária, mas também da pequena burguesia, na cidade e no campo.” (LSI, 1956).

A evolução capitalista do país teria sido historicamente deformada pela sujeição imposta pelo capital financeiro, que, contendo a expansão industrial, se apossou direta ou indiretamente dos setores básicos da nossa economia. Os recentes (e altos) investimentos diretos na indústria, no comércio e na agricultura, se motivavam pelas as possibilidades crescentes de nosso mercado interno e pelo baixo preço de nossa mão-de-obra.

Essa corrida de capitais imperialistas para o Brasil encontra, também, sua explicação no pujante movimento operário e de libertação nacional em outras áreas do mundo que está criando sucessivos problemas de expropriação aos magnatas, senhores dos meios de produção. Devemos acrescentar que, pela legislação vigente, o Brasil exporta anualmente, a título de transferência de lucros, muito maior capital que recebe. (LSI, 1956)

Sobre a exploração da terra, os luxemburguistas ressaltam seu caráter extensivo, baseado no latifúndio. O Brasil conservaria “[...] os traços gerais básicos de uma economia colonial de monocultura latifundiária [...]” (LSI, 1956) caracterizada por uma mão-de-obra muito barata e pela monopolização da terra, com foco na produção de gêneros tropicais e de matérias-primas para o mercado exterior e pela importação de produtos acabados a preços impostos, na venda e na compra, pelo capital imperialista. A propriedade pequena e média, em termos de área, constituiria “parcela pouco mais que desprezível” (LSI, 1956) da realidade do meio agrário brasileiro. A estrutura fundiária brasileira seria, por sua natureza e pelos métodos que adotava para a produção, um dos grandes entraves ao desenvolvimento econômico nacional. Condicionando os “métodos servis de exploração do trabalho” e amparando a penetração imperialista na esfera industrial, ela propiciaria também, em curto prazo, a “[...] destruição de nossos melhores solos e recursos florestais [...]” (LSI, 1956).

No entanto, é preciso ressaltar que esse quadro geral estaria longe de ferir os interesses da chamada “burguesia nacional”. Os luxemburguistas afirmavam que não fazia sentido acreditar que a burguesia industrial seria uma camada muito distante e oposta à dos latifundiários. Suas disputas, na verdade, eram querelas entre frações de uma mesma classe, e não entre uma classe de senhores feudais e outra, emergente, de capitalistas progressistas. Dessa forma:

A solução desses dois problemas - o agrário e a sujeição ao imperialismo – que, historicamente devia ter sido encontrada pela própria burguesia nacional, hoje, dada a fraqueza e a integração desta nos interesses gerais da economia capitalista, constitui missão histórica da classe operária e dos trabalhadores em geral. Essas tarefas históricas, de caráter burguês, ainda não realizadas, serão resolvidas pelos trabalhadores em um processo único e entrelaçado com seus objetivos socialistas. Os passos iniciais deste processo serão dados ao concretizar-se a unidade de ação entre o proletariado urbano e rural. (LSI, 1956).

A burguesia nacional, portanto, estaria mais interessada em resolver os problemas desse

capitalismo retardatário, mas resolver *a seu modo e a seu favor*. Isso significaria que, longe das “aspirações progressistas” atribuídas pelo PCB, essa burguesia, ao reconhecer sua debilidade, se amparava no Estado para ampliar seu poder econômico e social, aumentando a pressão sobre os ombros da classe trabalhadora. Esse movimento seria o distintivo fundamental do processo de industrialização do Brasil.

Mais rapidamente do que nos países altamente desenvolvidos o capitalismo de Estado, em nosso país, faz hoje violenta incursão em todos os âmbitos de nossa estrutura econômico-social. A burguesia nacional, retardatária e já senil, ampara-se diretamente no Estado para a solução dos problemas econômicos e políticos fundamentais. No domínio da energia e da indústria pesada, ao Estado foi atribuída, pela classe dominante, a solução das questões que o capitalismo privado é incapaz de resolver. Mas não se limita apenas a este setor a presença do Estado. Sua interferência se faz sentir, ativamente, nos preços e no amparo direto aos capitalistas e latifundiários, através da fixação de preços mínimos, subsídios, e manipulações cambiais protecionistas, quase sempre em detrimento dos produtores diretos e consumidores em geral. As decorrências políticas dessa estrutura econômica são evidentes. Além de a acumulação capitalista se realizar protegida e estimulada pela máquina estatal, o Estado aprimora gradativamente seus recursos de coerção sobre a coletividade. Na esfera sindical, através do Ministério do Trabalho, não só vem enfeudando as entidades dos trabalhadores como promove, por todos os meios, a corrupção dos líderes sindicais. (LSI, 1956)

Como solução geral para essa situação, a LSI propunha que o movimento dos trabalhadores urbanos e rurais se unisse em torno da perspectiva de uma sociedade socialista, que reorganizaria a economia e restabeleceria as formas de propriedade no país. Nesse sentido, destacam-se os projetos relativos à socialização das terras e dos meios de produção industrial, bem como a nacionalização dos bancos estrangeiros.

[...] A terra passará a ser propriedade da nação, procedendo-se à sua expropriação sem indenização de seus antigos possuidores, estrangeiros e nacionais. A terra será socializada e, segundo a importância demográfica e econômica das regiões serão organizadas fazendas-nacionais e fazendas-cooperativas, assistidas material e tecnicamente pelo Estado. Dado que a fragmentação da terra, quando produtivamente organizada cria obstáculos ao progresso social, o problema do latifúndio será resolvido pelo sistema de grandes unidades

produtoras. [...]. As terras devolutas do Estado serão igualmente entregues aos trabalhadores. Criação de centrais agrícolas, fazendas-piloto, e disseminação de institutos agrônômicos. Dada a diversidade do desenvolvimento econômico e da constituição geofísica das regiões nacionais, onde e quando não for viável a exploração coletiva imediata, será facultado o parcelamento das terras em porções de trabalho e usufruto familiar, a título precário. 3 – Indústria - Socialização dos meios de produção industrial, a partir dos setores básicos. Expropriação e nacionalização das empresas estrangeiras e grandes empresas nacionais, sem indenização que passarão à gestão direta dos trabalhadores. Planificação democrático-socialista da produção em benefício dos trabalhadores, realizada pelos próprios trabalhadores. Abolição dos trustes, monopólios ou cartéis de qualquer ordem, imperialistas ou nacionalistas. [...] – Orçamento – Os gastos públicos serão orçados e autorizados pelos conselhos, sindicatos e outras formas de representação econômico-política dos produtores diretos, através de sua representação nas assembléias regionais e na Assembléia Nacional, de modo a assegurar controle coletivo dos orçamentos e o máximo de bem-estar público. Todos os bancos serão nacionalizados. Cancelamento das dívidas com o Imperialismo, já mais do que pagas. (LSI, 1956)

As menções aos mecanismos de participação política direta se encontram nos projetos destinados aos espaços de atuação da maioria dos militantes da Liga. Elas aparecem como alternativa para a área da educação, na gestão de universidades e escolas e para a produção industrial, que devia substituir a gerência tradicional pelos conselhos de fábrica compostos por trabalhadores.

O conjunto de exigências que os membros da LSI definiram como “reivindicações imediatas” apresentava propostas ainda mais voltadas aos contornos concretos da política brasileira. Na maioria das vezes, as questões levantadas indicam uma tentativa da Liga de responder aos imensos desafios colocados pelo “caráter autocrático da dominação burguesa” (Fernandes, 2009), mantido nos intervalos democrático-liberais no país. São exigências que, de maneira ampla, objetivavam combater a debilidade das instituições democráticas brasileiras.

As “propostas imediatas” do Programa da LSI seguem detalhadas em Anexo e foram divididas por nós em doze categorias, sendo nove específicas e três mistas, de acordo com os temas tratados no texto. Essa divisão pretende oferecer um panorama mais detalhado dos assuntos que ocupavam as preocupações dos seus militantes, além de permitir

que inframos as influências de sua origem social na elaboração do programa da Liga. Os temas encontrados se apresentam com o seguinte peso no texto programático: i) Organização política e participação democrática, que aparece em nove das propostas; ii) Direitos trabalhistas, com seis propostas; iii) Reformas econômicas, com oito propostas; iv) elações Internacionais; v) Direitos civis (divididos em temas de igualdade de gênero, liberdade religiosa e reformas no sistema jurídico e penal), com seis propostas; vi) Saúde, com três propostas; vii) Educação, com três propostas, sendo a última detalhada em dezessete sub itens específicos; viii) uma proposta para a Comunicação Social; ix) uma proposta para Assistência Social.

O nível de detalhamento das propostas ligadas à temática da Educação merecem, a nosso ver, uma observação. Para além das filiações teóricas e políticas com determinadas correntes do pensamento marxista, a preocupação com este tema nos parece bastante sintomática da posição social dos militantes da Liga. Tendo boa parte de seus quadros provindos dos meios universitários, a agremiação estabelece um corpo de políticas específicas que é ausente nos programas de outros partidos da extrema esquerda da época. Nas reivindicações de organizações como o Partido Comunista do Brasil (PCB) e do Partido Operário Revolucionário (POR), encontramos uma dedicação maior às questões sindicais e trabalhistas, além das reivindicações no plano da reestruturação econômica em bases nacionalistas e industrializantes⁴. O tratamento dado a essa questão, bem como a natureza das propostas se distinguem sobremaneira das usuais reclamações por ampliação do acesso da população à educação e à necessidade de formar operários para a indústria em desenvolvimento. Fala-se em aumento dos investimentos na pesquisa científica, na necessidade de uma educação humanista e em transformações no sistema de gestão das Universidades e escolas que garantissem a autonomia dessas instituições e a participação democrática da população na sua administração. Percebemos, portanto, que as especificidades programáticas da LSI em relação aos demais partidos marxistas se devem não somente à sua filiação teórica à crítica ao bolchevismo e rejeição do ideário desenvolvimentista, mas se justificam, em alguma medida, pela ocupação e pela origem social e cultural de seus militantes. O aprofundamento dessa observação, no entanto, foge do objetivo deste texto que tem seu foco no debate sobre as singularidades programáticas da Liga em

relação às demais organizações da extrema esquerda e a relação dessas singularidades com as características propriamente organizativas do grupo.

A relação da Liga com o cotidiano da ação política - bem como a articulação das referidas proposições programáticas com os desafios concretos que esse cotidiano impunha - fica mais clara quando observamos sua postura diante dos debates travados com os demais partidos de esquerda. Nas linhas do “Ação Socialista”, os princípios esboçados do “Projeto de Programa” ganham novas colorações, permitindo que se notem os termos e os eixos das disputas em torno do “desenvolvimento nacional”.

Em junho de 1958, o jornal traz um artigo no qual expõe, além dos processos que precederam a formação do grupo, as razões que o levaram a se afastar das demais agremiações do campo da esquerda. A principal delas, segundo os luxemburgistas, seria a infidelidade aos princípios do socialismo científico, “únicos capazes de conduzir as massas oprimidas ao regime socialista”. Em suas palavras:

O Partido Comunista do Brasil, que apresenta as deformações dos partidos estalinistas de todo mundo: totalitarismo e subserviência à burocracia soviética, tem seguido, os últimos anos, através de sua direção, uma política de traição aos interesses históricos da classe operária, procurando colocar as massas trabalhadoras a reboque da burguesia nacional. [...] Além dessas duas organizações, burocratizadas e corrompidas, há que notar a existência de pequenos grupos de militantes denodados, dos quais divergimos não deixando, porém, de reconhecer neles a coerência na ação e a firmeza de princípios que os tornam respeitáveis. Tais consideramos os anarquistas, apegados, para nós, a ideologias utópicas e métodos de ação ineficazes: e os trotskistas, que achamos presos a uma linha política ultrapassada, que o próprio Leon Trotsky, ao que tudo indica, se preparava para rever, na época de seu traiçoeiro assassinato em mãos de agentes de Stálin (A Razão da LSI, 1958: 3).

Na mesma edição, em um texto que tratava da Passeata contra a Carestia, afirma-se que as direções sindicais ligadas a posturas “conciliacionistas” com a burguesia nacional estariam perdendo espaço nos movimentos de massas. O esgotamento das políticas de desenvolvimento e a radicalização das revoltas populares tratariam de isolar as lideranças dos partidos ligados ao governo, inclusive os comunistas. A noção de uma aliança com os setores progressistas da burguesia para promover o desenvolvimento, vista como de um “romantismo reformista”, deveria ser substituída pela participação nos movimentos de

⁴ Tal observação é feita a partir dos resultados de nossa pesquisa de mestrado, que também deu origem ao presente artigo.

trabalhadores, unindo-se os militantes socialistas às únicas camadas capazes de levar adiante a resolução dos problemas do país.

Dois fatos importantes destacaram o movimento: de um lado, elementos que exaltavam a “massa ordeira e pacífica”: de outro lado, e opondo-se, o povo que revidava apoiando palavras de ordem radicais como “abaixo o patrão burguês” e “viva o proletariado”. Acreditamos que esses conciliacionistas, pelegos ou não, fracassem na sua tentativa de conter por muito tempo o avanço das massas: suas balelas no sentido de entoar loas à querida burguesia nacional e apregoar seu divórcio do imperialismo sofrerão o impacto das massas politizadas, no seu caminho histórico da luta de classes: somente a classe operária pode ser conseqüentemente anti-imperialista. [...] Os homens participam ativamente da história, e a LSI pretende-se um movimento classista que atenda às aspirações da massa [...]. Cumpre unir o proletariado à pequena burguesia e não, como pretendem partidos reformistas como o PSB, PTB e PCB, unir toda a sociedade em torno da burguesia nacional. (Passeata Contra a Carestia, 1958: 4)

Essa negação ao posicionamento do PCB, até aqui, aproxima bastante os luxemburguistas dos trotskistas do POR. As diferenças entre eles começam a surgir quando se trata de avaliar as causas das limitações impostas à industrialização do país, principalmente no modelo aplicado por Juscelino Kubitschek. As considerações da Liga trazem alguns elementos até então ausentes das análises trotskistas. Entre eles, uma formulação crítica mais precisa a respeito do Plano de Metas, na qual consideravam questões de política econômica como importantes medidores das características e conseqüências das medidas governamentais na vida dos trabalhadores.

A instrução 113, esse arranjo infame de nossa “burguesia progressista” com o imperialismo internacional continua permitindo que a fina flor da picaretagem capitalista traga sua maquinaria velha ao Brasil, sem qualquer cobertura cambial, auferindo fabulosos lucros à custa do dinheiro pingado da testa suarenta da classe operária. É dessa maneira que se impinge aos ingênuos e aos que se fazem de ingênuos, o conto do vigário da industrialização do país. O famoso “Plano de Metas” ficou agora acrescido de mais uma meta inatingível: a do congelamento. Baixar o custo dos gêneros de consumo, especialmente os artigos alimentícios de primeira necessidade, implica antes resolver a questão agrária. Sabem os mágicos do congelamento que a produtividade do trabalho rural brasileiro é baixíssima: sabem que seus constantes aumentos de tributos oneram a

importação de implementos agrícolas necessários para aumentar a produtividade de agricultura; mas continuam eles, os mágicos do congelamento a aumentar suas taxas e impostos. (Carestia e Congelamento, 1958: 4)

Para fazer frente a essa situação, a Liga propunha a organização popular para que se exigissem as promessas governamentais de congelamento de preços. Outro traço que a distingue dos programas pecebistas e trotskistas, a LSI notava a importância desse movimento ainda que ele se desenvolvesse fora das suas fileiras, reconhecendo a validade de todas as outras formas de organização política, inclusive as extra-partidárias.

O povo deve estar preparado e organizado para qualquer eventualidade, inclusive a sonegação de gêneros e o mercado negro: organizado dentro dos sindicatos, dos centros acadêmicos, das associações populares, nos bairros, em todos os lugares e de todas as maneiras que lhe forem possíveis. Somente os trabalhadores têm interesse no congelamento de preços, somente os trabalhadores organizados poderão levá-lo a cabo. (Carestia e Congelamento, 1958: 4)

As distinções se apresentam também em relação ao Programa para o governo operário e camponês. Não há, nos horizontes da Liga, hierarquias entre operariado urbano e trabalhadores do campo, nem a afirmação – recorrente nos documentos comunistas e trotskistas – sobre as limitações da consciência de classe do campesinato ou sua incapacidade para a resolução das questões mais marcantes das relações de produção no meio rural. Para os luxemburguistas, a união entre os produtores diretos na construção um governo socialista seria o único meio de liquidar os problemas vividos pelo povo. Nesse sentido, a luta contra o imperialismo, contra a carestia e pela reforma agrária e a efetiva ampliação das liberdades democráticas aos trabalhadores seriam tarefas a se cumprir no mesmo movimento que levaria o capitalismo a seu termo.

A função principal dos socialistas deve ser, pois, a de “radicalizar” a luta contra o imperialismo, ligando - à luta contra o “capitalismo em geral”, mostrando que nos quadros do regime capitalista não há solução definitiva possível para o problema do imperialismo. É preciso tornar a classe operária e os trabalhadores em geral conscientes de que as tarefas democráticas (expulsão do imperialismo, solução da questão agrária) serão resolvidas “em conjunto” com as tarefas socialistas, através de uma aliança revolucionária entre o “operariado urbano” e os “trabalhadores do campo”, e não através de uma aliança “nacionalista” entre o

proletariado e a burguesia. Esta é a primeira grande tarefa dos socialistas no movimento antiimperialista: mostrar às massas que a única solução para o problema do imperialismo é, não o governo da burguesia nacional, mas sim o governo socialista operário e camponês. (O Socialismo e a Luta Anti-Imperialista, 1959: Matéria de Capa)

Em relação à conjuntura política mais imediata, a LSI sugeria uma avaliação alternativa às hegemônicas. Nesse sentido, a caracterização dos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek como campos de batalha entre as frações agrária e industrial da burguesia nacional e a noção de um “Capitalismo de Estado” à brasileira guiavam a leitura luxemburguista. Para a Liga, o Estado cada vez mais intervencionista, cumpriria a função de amparar a frágil burguesia nacional diante da força do imperialismo, sem ferir os interesses do latifúndio nem romper com os modelos de submissão aos interesses externos.

[...] A burguesia nacional se ampara, então, diretamente no Estado de, com o fito de, por um lado, obter a solução de problemas econômicos fundamentais que se sente incapaz de resolver e, por outro, cobrir os déficits do balanço de pagamentos, decorrentes da insuficiência das exportações ou das quedas dos preços das matérias-primas e produtos tropicais enviados aos mercados estrangeiros. Assim, o Estado não só se incumbem de financiar esses produtos de exportação a preços compensadores como, também, de desenvolver industrialmente o país, avolumando-se desta maneira a INFLAÇÃO [...], sendo que a ele foi entregue, além outros setores de menor importância, particularmente o da indústria pesada. É este caráter intervencionista do Estado brasileiro o principal responsável pelas disputas políticas que se verificam entre as duas alas em que se divide a burguesia brasileira: uma, defendendo a industrialização sob proteção estatal, a ala industrialista, outra, constituída principalmente pelos grandes plantadores de café, a ala agrarista, exigindo dos órgãos governamentais uma política anti-industrialista. [maiúsculas do autor] (BARRETO, 1959a: 2).

A burguesia nacional e suas frações de classe não teriam, portanto, nenhum interesse de questionar a submissão ao imperialismo. Seus lucros e sua posição de classe dominante estavam consolidados, por um lado, nas atividades de exportação de produtos agropecuários e matérias primas e, por outro, favorecidos pela proteção oferecida pelo Estado aos produtos do setor industrial, através das altas tarifas aduaneiras.

As classes interessadas em romper esse ciclo seriam justamente aquelas que viveriam, no seu dia-a-dia,

as provas concretas de que o desenvolvimentismo não resolveria as mazelas do país. A concessão de créditos aos grandes produtores rurais dedicados à produção para o mercado externo não acompanharia uma necessária política de subsídios à atividade dos pequenos agricultores, que produziam, em sua maioria, gêneros alimentícios de primeira necessidade consumidos no país. A alternativa que lhes restava seria a dos açambarcadores, que manipulavam os preços no mercado sonegando produtos. O resultado seria, além da progressiva concentração dos lucros nas mãos dos latifundiários e atravessadores, a escassez de alimentos para os trabalhadores urbanos.

Se a razão da escassez crônica dos gêneros de alimentação repousa no monopólio da terra pelos latifundiários, regidamente financiados pelo Banco do Brasil, a coisa agora assume aspectos trágicos com o delírio “desenvolvimentista” à base da inflação, dos aventureiros e negociistas que se encontram no poder. O “nacional-reformismo” de JK e quadrilha é feito para o imperialismo, que se “associa” às realizações das metas e à custa de expropriação brutal dos salários reais dos trabalhadores pela inflação. E as metas não prevêm o alimento do povo, mas automóveis, navios, usinas para a Light, cousas que apenas imperialistas e burguesas “progressistas” nacionais podem comer. (Comida para os Trabalhadores e não automóveis para os ricos, 1959)

A política de JK e seus técnicos estaria presa ao esquema das “metas desenvolvimentistas”, estimuladas com inflação e capital estrangeiro - de quem o governo não poderia e nem desejaria fugir. O “plano de metas”, ao se cumprir, enseja um custo social que “esmaga a classe operária [e] traz, sobretudo, mais fome e opressão aos trabalhadores” (Ação Socialista, nº 6, dezembro de 1959, pág. 4). Dessa forma, o projeto desenvolvimentista e a “solução brasileira” defendida pelos seus mais novos adeptos, os “crispinistas” recém expulsos dos quadros do PCB, não teriam grandes vantagens a oferecer aos trabalhadores e às camadas mais exploradas da população. Para a LSI, a idéia geral defendida por estes grupos (pecebistas e “crispinistas”) estaria

[...] assentada sobre um mito, engendrado pelo governo desenvolvimentista de JK e “gulosamente” defendido por estes nacionalistas pequeno burgueses e carreiristas de que as “metas presidenciais” e os “progressos” daí advindos serão benéficos aos trabalhadores brasileiros. estes benefícios os trabalhadores já estão sentindo sob a forma de carestia e subalimentação e isto porque no capital produtor a parte consagrada às máquinas e às matérias primas cresce mais rapidamente que

a parte consagrada ao abastecimento em meios de subsistência. (BARRETO, 1959b: 3)

A industrialização que vinha se delineando no Brasil teria mais atributos de um agravamento das contradições fundamentais da sociedade do que de um “progresso” que caminha “de modo irrefreável” para a solução dessas contradições. Combater a “ideologia nacional-reformista”, evitar as alianças com partidos que defendessem o ponto de vista da burguesia nacional, reconhecer e fortalecer as formas de luta política dos trabalhadores rurais e urbanos: são algumas das táticas assinaladas pela LSI, que ressaltava a importância da “conscientização das massas” para a sua estratégia. A nosso ver, elas conferem aos luxemburguistas seu caráter distintivo diante das demais organizações marxistas, traduzindo em projetos práticos alguns de seus principais propósitos ideológicos, resumidos no depoimento de Michael Löwy⁵:

A LSI se construiu em oposição ao nacional-desenvolvimentismo, o estalinismo e o reformismo do PCB. Para os fundadores da LSI - Sachetta, Paulo Singer, Mauricio Tragtenberg - a crítica inclui também o leninismo ou bolchevismo - a principal referência neste terreno era a Rosa Luxemburgo. [...] Em geral, a LSI era uma organização luxemburguista, coisa muito minoritária e “contra a corrente” na esquerda brasileira dos anos 1950. O PCB era denunciado como estalinista, o que incluía o nacionalismo, o reformismo, o autoritarismo interno, a submissão à burocracia soviética, etc. O que não impedia unidade de ação com os militantes do PCB em várias frentes - por exemplo, no movimento estudantil. Não tenho explicação para a originalidade da LSI: coincidiu que num momento determinado, no auge da Guerra Fria, um pequeno grupo de intelectuais, jovens estudantes e alguns sindicalistas brasileiros, encontrou nos escritos de Rosa Luxemburgo uma alternativa atraente ao reformismo, ao nacionalismo, à social-democracia e ao stalinismo. A idéia chave era que não pode existir socialismo revolucionário sem liberdade.

A crítica ao PCB e à sua postura político-ideológica, porém, não se limitava às escolhas feitas pelo partido nos anos 1950. Sua “deformação política” e sua “irresponsabilidade” se deveriam à natureza de sua organização, que desde 1930 vinha se esmerando em “infligir à classe operária terríveis derrotas, emprestando-a, ao mesmo tempo, com os mais repulsivos dogmas oportunistas”⁶. A explicação para a

já longa história de “aventureirismo político” residiria no “prestígio caudilhesco” que já se encontraria enraizado no Partidão, quando a III Internacional se centralizou nas mãos da burocracia stalinista, o que, para a Liga, “levou às últimas consequências, no Brasil, o caráter totalitário do bolchevismo”⁷.

Características Organizativas

A rejeição aos princípios de organização adotados pelos comunistas e trotskistas foi o ponto de partida do movimento de criação da LSI. Segundo os próprios luxemburguistas, a decisão de fundar a organização foi precedida pela realização de um balanço crítico das atividades socialistas e seus partidos no século XX e de um estudo geral de suas políticas organizatórias. As conclusões a que chegaram relacionam “o abandono absoluto dos princípios do socialismo” com a condenação da “antidemocrática, ultra-centralista e monolítica dos partidos bolcheviques”, o que os fez optar por uma “forma organizatória que conjugue DISCIPLINA com DEMOCRACIA SOCIALISTA. (A Razão da LSI, 1958: 3, grifo do autor)

Para os militantes da Liga, os princípios organizativos traduzidos pelas “21 condições”⁸ para a adesão à Internacional Comunista traduziriam a natureza “antidemocrática e ultimativista” do bolchevismo. Em sua opinião, ao contrário do que defendiam os bolcheviques, o partido só poderia “reclamar a condição de parcela mais avançada da classe operária” se não desejasse impor uma “tutela coercitiva” sobre a classe. A elaboração de formas mais democráticas de organização faria parte, portanto, do “conteúdo socialista” do partido que, advertiam, era “diverso da essência “liberal” que, historicamente, caracterizou a democracia burguesa”. (Bolchevismo e Socialismo Democrático, 1959: 3). A organização ultracentralizada que resultava dos modelos bolchevistas – tanto na versão stalinista quanto no fracassado projeto trotskista, que seria nada mais que “a outra face da moeda bolchevista”, e viveria em função da burocracia soviética – teria provado, portanto, não servir à causa socialista.

Socialista, Nº2, fevereiro de 1959 Pág 3.

⁷ LSI. “Bolchevismo e Socialismo Democrático. Tese Aprovada na Conferência de Fundação da Liga Socialista Independente” Ação Socialista, Nº2, fevereiro de 1959 Pág 3.

⁸ Conjunto de diretrizes da III Internacional, aprovada em seu II Congresso, que ocorreu entre os meses de julho e agosto de 1920, para os partidos comunistas do mundo inteiro. O documento ficou conhecido por seu caráter extremamente centralizador e pelo endurecimento da disciplina imposta, a partir dele, aos PC’s em relação à URSS.

⁵ Entrevista concedida em 18 de abril de 2013.

⁶ LSI. “Bolchevismo e Socialismo Democrático. Tese Aprovada na Conferência de Fundação da Liga Socialista Independente” Ação

Como instrumento de ataque e destruição do Estado capitalista, os bolcheviques, liderados por Lênin e Trotsky, constituíram um partido ultra-centralizado e seus líderes deveriam constituir o Estado maior da revolução. Reduzindo a fórmula suas concepções organizatórias impregnadas, mais que dos princípios de Marx e Engels, das tradições do populismo, do anarquismo e do socialismo revolucionário russos, os líderes da ala esquerda do Partido Operário Social Democrata Russo (bolcheviques) forjaram, de fato, um aparelho autocrático formado, na expressão de Lênin, de poucos mas bons que se sobreponha a todo movimento operário e, ao mesmo tempo, dentro da rígida moldura partidária, subordinava todos os organismos aos órgão central, seu CC, reclamando dos militantes, ACIMA DA CONSCIÊNCIA SOCIALISTA, subserviência de soldados diante do comando. (Bolchevismo e Socialismo Democrático, 1959: 3, grifo do autor).

Em seu estatuto, a Liga Socialista Independente (LSI) se propunha, então, a constituir uma “organização da classe operária dos trabalhadores em geral”, baseada “no socialismo científico e inspirada no ‘Manifesto Comunista’ de Marx e Engels, e “estruturada pelos princípios de democracia interna”. Seus membros estariam ligados por uma “disciplina consciente e obrigatória para todos sem distinção”. (LSI, 1956)

Entre os direitos conferidos ao membro da LSI - que seria admitido depois da indicação de um membro mais antigo e de um estágio de três meses, passando pela aceitação da organização de base e da Comissão Executiva Nacional – enfatizamos, além do direito de expressão de possíveis divergências com a maioria (com garantia de espaço na imprensa da LSI ou em boletins intrapartidários), o direito à organização política dessa divergência em tendências internas. Tal regra, ausente dos estatutos do PCB e dos textos do POR, é normatizada nos seguintes termos pela Liga:

Art.4 - Cada membro tem direito de: [...] Inc. c) Quando expressando uma tendência com outros companheiros, editar um boletim interno e fazer-se representar, por eleição, em bases rigorosamente proporcionais ao número dos companheiros que têm sua tendência, nos organismos dirigentes. Caracteriza-se como tendência uma opinião ou conjunto de orgânico de opiniões que não viole o programa e os estatutos. (LSI, 1956)

O direito à organização interna em tendências responderia à necessidade de não repetir os vícios apontados pelos luxemburguistas na estrutura básica do partido bolchevique. A garantia do funcionamento

do pluripartidarismo, bem como da ampla e concreta representação das discordâncias, além de materializar o princípio da democracia partidária, teria a função de aproveitamento dos quadros militantes do partido, o que teria se perdido na experiência russa. Em suas palavras:

O Partido bolchevique, por meio de seus comitês militarizados, atribuía à classe operária e aos demais setores afins a função de mera massa de manobras numa operação de guerra. O fator “conscientização”, isto é, o esclarecimento da consciência proletária imprimindo-lhe uma perspectiva racional dos objetivos socialistas, era praticamente posto de lado. Mesmo dentro da própria organização, o centralismo-democrático, se por ventura alguma vez foi aplicado e respeitado, isto só ocorre nas esferas mais altas do Partido. A série de expurgos nas fileiras bolcheviques, com a eliminação e expulsão em massa de militantes, de modo geral por resistência a imposições autocráticas do vértice, se iniciou logo após a tomada do poder e sucessivamente vem até nossos dias, com flutuações convulsivas e sacrifício de milhões de militantes e operários: o Partido não conseguiu sequer assimilar seus próprios quadros. [...] O EXCLUSIVISMO LENINISTA na luta pelo poder e em sua instauração, destruindo, por todos os meios, as outras tendências socialistas e inaugurando o regime do PARTIDO ÚNICO, evoluiu, a ERA STALINIANA, para o MONOLITISMO TOTALITÁRIO, com a chacina da massa dos próprios bolcheviques. (Bolchevismo e Socialismo Democrático, 1959: 3, grifo do original)

Apesar de elaborar estas críticas e de sugerir, no seu estatuto, algumas modificações na aplicação de seus pressupostos, os luxemburguistas afirmavam que o centralismo democrático criado pelos bolcheviques era uma boa formulação teórica de organização partidária. De fato, encontramos em seus estatutos muitas similaridades com os princípios descritos nos estatutos pecebistas, ainda que sempre acompanhadas das ressalvas sobre a necessidade de respeitar os fóruns de livre debate. Reivindicando o princípio da “democracia interna que implica liberdade como consciência da necessidade de disciplina livremente consentida”, a Liga estabelece:

Art.8, inc.b) Os organismos superiores devem obrigatoriamente prestar contas de suas atividades aos organismos pelos quais foram eleitos e podem ser, pelos mesmos a qualquer tempo destituídos.c) A minoria deve submeter-se à decisão da maioria, cumprindo-a obrigatoriamente, resguardados internamente seus direitos de crítica e representação conforme o previsto por estes

estatutos. A maioria não forçará os companheiros a exprimir externamente opiniões das quais não compartilha. Nesse sentido vale o lema: “Liberdade de discussão e unidade na ação”. (Bolchevismo e Socialismo Democrático, 1959: 3)

Em contraposição ao regulamento pecebista, a Liga define que, “no âmbito de sua competência, são autônomos todos os organismos da LSI”. Somado às orientações para a relação com as demais instituições externas à Liga, esse traço remete, em certa medida, a um tipo de organização estruturada sobre o que Duverger (Duverger, 1987) chama de “ligações horizontais” entre os organismos de base. Sugere a Liga aos seus militantes:

O aproveitamento da legalidade burguesa, fundamental para a organização da atividade socialista e a organização socialista das massas, deve ser estendido até os limites máximos. A par da estrutura fundamental partidária, órgãos e organismos das mais variadas espécies, e que sirvam de penetração e aglutinação de largas camadas de trabalhadores, devem ser constituídos. Se, para o arcabouço central, isto é, a Liga Socialista Independente, ou que outro nome venha a ter, condições de disciplina necessária são reclamadas, no atinente aos setores colaterais de nossa atividade - escolas de Socialismo - maior flexibilidade e, por assim dizer, tolerância, deve ser adotada. [...] Na medida em que as condições políticas do país permitirem, as eleições dos órgãos dirigentes em todos os graus se processarão em assembleias públicas. (Crítica ao Reformismo e Novos Rumos, 1959: 3)

Observemos, no entanto, que a existência dessas ligações horizontais, tanto com as organizações colaterais, quanto nos organismos internos, não suprime a existência dos laços verticais com as instâncias superiores do partido. Tal como afirmado por Duverger, opor os partidos de ligações horizontais aos partidos de ligações verticais é um equívoco:

[...] pode-se apenas opor os partidos a ligações puramente verticais e horizontais, estando entendido que as primeiras geralmente predominam sobre as segundas. Nos partidos de articulação fraca, as ligações horizontais atingem seu máximo: elas desenvolvem-se num plano duplo, o dos dirigentes e dos membros. Uma ligação horizontal resulta com efeito, seja do contato direto entre os membros dos grupos de base do partido, seja de contatos entre os dirigentes de dois comitês locais vizinhos, de duas federações vizinhas, etc. (Duverger, 1987: 86)

Se levarmos em conta o partido desenhado nas definições estatutárias e nos jornais da LSI – bastante

diferente, como veremos a seguir, da estrutura que operava na prática - a defesa da manutenção das relações horizontais não chegam, a nosso ver, a colocar em questão sua caracterização como um partido estruturado fundamentalmente em ligações verticais, por dois motivos: i) porque há previsão de processos de escolha de dirigentes e composição dos cargos por mecanismos de representação que se aproximam do que Duverger chama de “articulação forte”, ou seja: com participação das entidades de base, através de instrumentos hierarquicamente organizados, transformando a estrutura do partido em

“[...] uma comunidade organizada, onde todos os elementos de base têm um lugar definido que determina sua importância respectiva [...]” (Duverger, 1987: 79);

ii) porque a horizontalidade da ligação com as instituições externas não se aplicaria a todas as organizações com as quais os militantes mantivessem relações, sendo a lógica de ação nos sindicatos, por exemplo, diferente da lógica adotada nas mencionadas escolas de socialismo⁹.

Dessa forma, os Estatutos definem ainda que a LSI seria organizada, pela base, através da constituição de células de empresas (industriais, comerciais, agrícolas), agrupamentos (culturais, recreativos, de ensino, etc.) e de territórios, observando-se a seguinte estrutura: a) Reunião plenária de base e secretariado de base; b) Conferência distrital e Comissão distrital; c) Conferência de zona e comissão de zona; d) Conferência regional e Comissão regional; e) Congresso e Comissão nacional. Assim como nos partidos comunistas, encontramos o modelo clássico do partido organizado por células, sendo estas o núcleo primordial da ação dos militantes de base.

Os órgãos de direção funcionariam da seguinte forma: a) A Comissão Nacional, que seria, nos intervalos entre dois Congressos, a instância suprema da LSI; b) A Comissão Executiva Nacional, que no intervalo de duas reuniões consecutivas da Comissão Nacional, agiria em seu nome e tomaria os poderes desta; c) Secretariado Nacional, constituído por um primeiro secretário que lhe coordenaria todas as atividades, por um secretário de organização, por um secretário de finanças e, finalmente, por um secretário sindical e de organização de massas. A instância suprema da LSI seria o Congresso, definido como “a

⁹ O “Ação socialista” n° 3, publicado em junho de 1959 afirma que a política sindical da LSI seria tratada, oportunamente, em documento específico, ressaltando que a ação dos militantes nesses espaços seguiria uma lógica diferente da descrita até então.

assembléia dos delegados eleitos pelas Conferências Regionais” (LSI, 1956)

O Congresso, como instância suprema, tomaria as decisões obrigatórias para todo o partido, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de alteração, até a realização de um novo Congresso. Nesse ponto, encontramos mais uma diferença substancial em relação ao estatuto do PCB: apesar de apresentar uma definição similar, o regulamento comunista abre algumas brechas para que os escalões mais altos da direção partidária alterassem as decisões congressuais, o que, como vimos, foi amplamente utilizado no período de reorientação de sua linha política. Em seu lugar, a LSI indica a possibilidade da convocação de um Congresso extraordinário por iniciativa da própria Comissão Nacional, de organismos que representem dois terços dos membros da LSI ou por metade dos membros da mesma. Em casos de não convocação pela Comissão Nacional, do Congresso Extraordinário, haveria ainda a possibilidade de as organizações reclamarem o direito de formar uma comissão para sua preparação e organização.

Conclusão: Algumas Considerações Sobre os Êxitos Programáticos e Organizativos Concretos da Liga

A adoção crítica de algumas características do centralismo democrático, aliada à rejeição daqueles que seriam seus principais desvios autoritários, formam um conjunto que, a nosso ver, dá à organização descrita nos Estatutos da Liga um desenho que combinaria uma organização bem estruturada com expressivos espaços de participação e representação das bases. Apresentaria, segundo os termos propostos por Duverger (1987), um partido estruturado sobre entidades de base (células) unidas entre si por *articulações fortes*, com predomínio de *ligações verticais* entre os organismos internos, e manutenção de *ligações horizontais* com organizações de base colaterais ao partido, mas com um modelo de repartição do poder interno *relativamente descentralizado*.

Mas, durante a pesquisa, nos deparamos com a ausência de indícios de que tal “Projeto de Programa e Estatutos” teria passado pelo crivo de um fórum decisório oficial, que lhe garantisse o primeiro sopro de legitimação coletiva. Além disso, a liderança de Hermínio Sachetta foi se delineando como um traço fundamental para a definição dos rumos da organização, o que nos levou a interrogar o real alcance das definições acima descritas – principalmente no plano organizativo.

Em relação às definições programáticas, a confirmação das linhas gerais descritas no documento se ilustra, como vimos, nas edições do jornal “Ação Socialista” e nas avaliações que trazia sobre as principais questões daquela conjuntura política. Em nenhum momento se encontram grandes variações ideológicas nos seus textos, mesmo nos artigos que não eram elaborados por Hermínio Sachetta.

Mas os demais dados obtidos sobre a organização partidária mostraram discrepâncias em relação ao modelo organizativo definido nos estatutos. Em entrevista, o ex-militante da Liga, Michael Löwy, nos afirmou que o documento aqui analisado teria sido aprovado não em Congresso, mas no coletivo de militantes, que não teria ultrapassado o número dos 20 membros. A única divergência, entre Hermínio Sachetta e Paul Singer, teria surgido em torno da caracterização da União Soviética como um “Capitalismo de Estado” (tese que prevaleceu, defendida por Sachetta) ou “coletivismo burocrático” (defendida por Singer).

A estrutura interna e a divisão das funções de direção não eram, portanto, formalizadas. A determinação das tarefas, bem como a ocupação dos cargos, seguia uma lógica mais orientada para as tarefas práticas. Nas palavras de Löwy:

Não havia “cargos de direção” formalizados. Apenas uma divisão do trabalho, com companheiros se encarregando de certas tarefas: agitprop (“agitacão e propaganda”), a redação do jornal, o trabalho estudantil (eu), o trabalho sindical, etc. Hermínio Sachetta era redator do jornal da LSI, o “Ação Socialista”; era sua única responsabilidade formal. Mas de fato ele era o “dirigente carismático” da organização. Não se colocava a questão da “alternância” [nos cargos de direção].

Algumas das definições oficiais se mantiveram na prática da organização. No tocante à autonomia organizativa, a LSI dedicou apenas dois artigos do seu corpo de normas para definir as diretivas centrais de sua ação. Eles não poderiam ser mais significativos: no artigo 7, estabeleceu-se que é “vedado aos membros da LSI fazer parte de uma agremiação política sem estar autorizado pelo organismo a que pertence e pelo organismo imediatamente superior, sob pena de ter sua inscrição cancelada”, numa clara alusão à tática do entrismo do POR; e no Artigo 14, a Liga reafirma: “não mantém compromissos com quaisquer entidades políticas nacionais e internacionais”. O que não a impediu de sublinhar: “[...] os problemas dos trabalhadores do Brasil são, fundamentalmente, os mesmos dos trabalhadores do mundo inteiro”. (LSI, 1956).

A autonomia organizativa da Liga foi confirmada por Löwy, bem como sua predisposição ao diálogo com outras organizações. No cenário nacional, os luxemburguistas não se furtavam às alianças pontuais com os demais partidos de esquerda; no cenário internacional, mantinha contactos freqüentes, através de seus militantes, com outros partidos e movimentos do campo socialista. Löwy descreve essas relações da seguinte forma:

Sem dúvidas a organização era plenamente autônoma do ponto de vista internacional, embora houvesse algumas tentativas de contactos internacionais. Havia afinidades com a LSI norte-americana (Max Schachtman), sobretudo via Paulo Singer, com International Socialists (Tony Cliff) da Inglaterra, e com Silvio Frondizi na Argentina (meu contato). Pessoalmente tive também contactos com o POUM espanhol (Wilebaldo Solano), com a Unione Socialista Independente (Lucio Libertini) da Itália, etc. Obviamente era um ganho em relação à submissão do PCB à linha soviética. Em relação à Quarta Internacional a questão é mais complexa: a seção brasileira, o POR, chegou a se aproximar da LSI durante certa época. Mas ela era ligada com a corrente internacional de Posadas (que rompeu com a direção da Quarta). A autonomia da LSI, em relação ao “posadismo”, acho que também era um ganho. Mas, retrospectivamente, acho que o fato de a LSI não ter afiliação internacional era uma limitação.

Os esforços para a construção e manutenção de uma organização autônoma, como vimos, se devia à profunda repulsa ao modelo bolchevique, caracterizado, em nível internacional, pela subordinação das seções nacionais à liderança soviética e, no plano nacional, pela rígida hierarquia entre os dirigentes e os militantes de base, chegando à conformação de partidos extremamente burocratizados.

No entanto, a proeminência de Sachetta como “líder carismático” poderia nos levar a questionar a efetividade dessa crítica na democracia interna da LSI. A ausência de questionamentos e a recorrência à resolução das questões por consenso, com prevalência da sua opinião se manteriam nos primeiros anos de atividade da Liga, quadro que só viria a se alterar quando se colocou a possibilidade da fusão com outros grupos de esquerda (entre eles, o POR), já no início dos anos 1960. Naquela ocasião, os desacordos se intensificaram e o resultado foi a migração de alguns de seus militantes (entre eles, o próprio Michael Löwy) para um novo partido, a POLOP. O processo é descrito no seu depoimento:

Não havia, como eu disse, uma direção formalizada. Disciplina também era na base do consenso. Havia ampla democracia interna, embora, geralmente, pelo menos nos primeiros anos, prevalecesse a opinião do Sachetta. Desacordos sérios apareceram só no fim, por volta de 1959-60, quando alguns de nós – eu, os irmãos Sader e outros – propusemos que a LSI participasse do processo de reagrupamento da esquerda radical, que veio a dar na fundação da POLOP, em 1960. Sachetta e outros companheiros se opunham; se bem me lembro, em algum momento houve uma maioria favorável, o que resultou na dissolução da LSI na POLOP. Mas pouco depois Sachetta voltou a reorganizar a LSI com os companheiros que partilhavam sua opção.

De modo geral, no período em que se manteve ativa, a LSI parece ter materializado algumas das experiências mais originais entre as analisadas nesta pesquisa. Obviamente, suas limitações eram muitas e aparecem tanto na efetivação dos princípios organizativos, quanto na tradução, para a complexa conjuntura dos anos 1950, da sua “Declaração de Princípios” - na qual encontramos elaborações grandiloquentes que pintam um vasto horizonte de utopias e aspirações políticas, entre elas a definitiva abolição da exploração do trabalho alienado, a extinção de toda e qualquer forma de opressão e a realização da vida humana em sua plenitude – processo que mostra uma Liga mais fincada ao chão à medida que precisa delinear seu projeto.

No entanto, as inovações também são perceptíveis. Seu programa (assim como as avaliações presentes nos artigos do “Ação Socialista”), além de orientar a militância para agir concretamente em uma realidade peculiar como a brasileira, levava a cabo a independência que a Liga expressava no seu nome. Essa aspiração à independência impunha à organização o duplo desafio de não se afastar das metas ideológicas originais (resumidas na bandeira do socialismo com liberdade), e de se tornar capaz de trazer contribuições políticas distintas daquelas anunciadas pelas organizações a quem não desejava se atrelar. Sua estrutura partidária, ainda que não tenha resolvido plenamente os problemas da necessidade de conjugar uma ação coordenada com o respeito e a manutenção dos espaços democráticos, se distinguiu consideravelmente das demais organizações de esquerda, que padeciam com sucessivas crises de legitimidade causadas por práticas autoritárias e estruturas engessadas pela submissão às instituições patrocinadoras internacionais.

O reduzido número de militantes, a heterogeneidade de sua origem social e o isolamento político são fatores

que acarretaram o progressivo esvaziamento da LSI. Em 1960 esse processo se completou com a extinção do “Ação Socialista” e com a migração de seus militantes para a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM - POLOP), partido que teve reconhecida atuação na oposição ao regime militar.

Ainda que sua história tenha se interrompido tão brevemente e que a organização tenha tido poucas chances de submeter seus princípios programáticos ao crivo impiedoso da prática política concreta, acreditamos que sua experiência ofereceu elementos riquíssimos à análise aqui realizada.

Referências

- A Razão da LSI. 1958. *Ação Socialista*, (1): 3.
- Barreto, Ademar. 1959a. A situação brasileira. *Ação Socialista*, (3): 2.
- Barreto, Ademar. 1959b. Delírio de um ‘Dühring-caipira’. Ou Zé Maria Crispim, o marxismo e a ciência”. *Ação Socialista*, (5): 3.
- Bogo, Ademar. 2010. *Teoria da Organização Política. Escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa e Mao*. São Paulo: Editora Expressão Popular,.
- Bolchevismo e Socialismo Democrático. 1959. *Ação Socialista*. (2): 3.
- Carestia e Congelamento. 1958. *Ação Socialista*, (1): 4.
- Comida para os Trabalhadores e não automóveis para os ricos. 1959. *Ação Socialista*, (4).
- Crítica ao Reformismo e Novos Rumos. 1959. *Ação Socialista*. (3): 3.
- Duverger, Maurice. 1987. *Os partidos políticos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Fernandes, Florestan. 2009. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. 5ª edição ed. São Paulo: Editora Globo.
- Ferreira, Pedro Roberto. 2005. O Brasil dos trotskistas (1930-1960). *Cadernos AEL*, 22-23.
- Liga Socialista Independente - LSI. 1956. *Projeto de Programa e Estatutos Da Liga Socialista Independente São Paulo*. São Paulo.
- O Socialismo e a Luta Anti-Imperialista. 1959. *Ação Socialista*, (2). Matéria de Capa.
- Oliveira, Joelma Alves de. 2008. *Polop: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Araraquara: UNESP.
- Panebianco, Angelo. 2005. *Modelos de Partidos: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Partido Comunista do Brasil - PCB. 1954. *Resolução Política do IV Congresso do Partido Comunista do Brasil*.
- Partido Comunista do Brasil - PCB. 1960. *Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=149:resolucao-politica-do-v-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb>.
- Passeata Contra a Carestia. 1958. *Ação Socialista*, (1): 4.
- Sachetta, Hermínio. 1992. *O caldeirão das Bruxas e Outros Escritos Políticos*. Campinas: Editora Unicamp e Pontes editores.
- Segatto, José Antonio. 1995. *Reforma e Revolução: vicissitudes políticas do PCB (1954- 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Periódicos

- Ação Socialista*. 1958. São Paulo, jun. n. 1.
- Ação Socialista*. 1959. São Paulo, fev. n. 2.
- Ação Socialista*. 1959. São Paulo, set. n. 4.
- Ação Socialista*. 1959. São Paulo, out. n. 5.
- Ação Socialista*. 1959. São Paulo, dez. n. 6.
- Ação Socialista*. 1960. São Paulo, abr. n. 7.
- Ação Socialista*. 1960. São Paulo, ago. n. 8.
- Ação Socialista*. 1960. Edição Extra Eleitoral. São Paulo. n. 9.

Depoimentos

- Michael Löwy. Entrevista concedida em 18 de abril de 2013.

Anexo: Propostas Imediatas do Projeto de Programa da Liga Socialista Independente, organizadas por tema.

Organização política e participação democrática.

- Direito de funcionamento legal a todos os partidos e organizações operárias anticapitalistas, sem discriminação de doutrina;
- Plena autonomia sindical e direito de greve a todas as categorias profissionais, sem subordinação de nenhuma ordem ao aparelho estatal ou às empresas patronais, considerando-se a unidade sindical dos trabalhadores como objetivo que deve ser realizado pelos próprios trabalhadores;
- Abolição do Decreto 9.070 (decreto antigreve); reconhecimento do direito de sindicalização e de greve a todas as categorias profissionais, urbanas e rurais, inclusive aos funcionários federais, estaduais municipais e paraestatais;
- Defesa intransigente e ampliação das liberdades democráticas e franquias operárias, especialmente as liberdades de locomoção, reunião, associação e manifestação plena do pensamento por todas as formas de expressão;
- Livre funcionamento de todas as agremiações culturais, políticas e sindicais especialmente as que objetivam esclarecer a opinião pública sobre os problemas fundamentais do país; direito de voto aos analfabetos e praças-de-pré;

II- Organização política e participação democrática/ Direitos trabalhistas.

- Gestão mista das empresas estatizadas, com representação operária exercida por delegados e dos comitês da empresa e dos sindicatos da categoria profissional, destinando-se os lucros aos institutos de previdência social;
- Aprimoramento democrático da justiça do trabalho e multiplicação de seus órgãos, a fim de que seja rápida como convém a toda justiça e expurgada dos ranços paternalistas que ainda conserva. A participação e fiscalização da justiça do trabalho pelos sindicatos livres deve ser progressivamente aumentada;

III- Direitos trabalhistas.

- Salário-mínimo vital, assegurado por escala móvel de salários, que acompanhe as oscilações dos preços e desvalorizações da moeda. Para a fixação e fiscalização desses salários deverá ser garantida nos órgãos técnicos representação paritária de operários e representações patronais;
- Instituto único de previdência, dirigido por representantes dos sindicatos no que diz respeito à concessão de benefícios; fixação de aposentadorias e pensões em nível nunca inferior ao salário

mínimo vital; extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo;

IV- Direitos trabalhistas/ reformas econômicas.

- Reaparelhamento, moralização e racionalização dos serviços de imigração e de migração interna, de modo a estimular o povoamento e o desenvolvimento agrário e industrial do país e a evitar a exploração e a servidão dos trabalhadores rurais.

V- Reformas econômicas.

- Pagamento da dívida da União aos Institutos;
- Nacionalização das fontes e empresas de energia, transportes e indústrias extrativas consideradas fundamentais e sua gestão por delegados dos trabalhadores e representantes dos poderes públicos, em direção mista;
- Supressão dos impostos indiretos e aumento fortemente progressivo dos que recaiam sobre a propriedade territorial, a terra, o capital, a renda em sentido estrito e a herança;
- Expropriação e nacionalização das terras não exploradas em flagrante contradição com o interesse público, a partir das situadas em regiões assoladas pelas secas, entregando-as as cooperativas dos trabalhadores. Assistência técnica e financeira às cooperativas de trabalhadores instaladas nos latifúndios e às organizadas pelos pequenos agricultores. Desapropriação pelo Estado de áreas em torno das cidades e vilas, entregando-as a cooperativa de trabalhadores para produção de gêneros de imediato consumo local (cinturão verde);
- Eliminação dos intermediários e açambarcadores do financiamento e distribuição da produção, especialmente dos gêneros de primeira necessidade, através de Centrais de Abastecimento, geridas pelos sindicatos e pelo Estado. O Estado deverá fornecer crédito barato e fácil ao pequeno produtor sob simples “penhor agrícola” e construir uma rede eficiente de silos, articulada com o sistema rodo-ferroviário estatizado que transportará de graça, ou a preço de custo, os produtos agrícolas acima mencionados. Para favorecer o transporte rápido de gêneros alimentícios, o Estado organizará um plano preferencial de transportes que deverá ser obedecido por todas as empresas particulares de viação;
- Repressão à especulação imobiliária e elaboração de planos federais, estaduais e municipais de construção da casa própria, com expressiva

representação operária nos órgãos técnicos encarregados de organizá-los e fiscalizá-los.

VI- Reformas econômicas/ relações internacionais.

- Estabelecimento ou criação de relações diplomáticas e comerciais com todos os países soberanos em condições de igualdade. Revogação de todos os tratados diplomáticos e comerciais lesivos aos interesses nacionais;

VII- Relações Internacionais.

- Participação ativa na luta pela paz;

VIII- Direitos Cívicos.

- Gratuidade do registro civil das pessoas naturais, compreendendo nascimentos, casamentos e óbitos. Para a consecução desse objetivo, os cartórios devem ser oficializados, mediante o enquadramento dos seus serventuários no funcionalismo, subordinado o respectivo serviço ao poder judiciário;

8.1- Direitos Cívicos: Igualdade de Gênero.

- Anulação das leis de direito público e privado que coloquem as mulheres em condição de inferioridade.

8.2- Direitos Cívicos: liberdade religiosa.

- Separação efetiva e completa da entre os diferentes credos religiosos do Estado, assegurada a liberdade de culto, de modo a que nenhum deles tenha relações de dependência ou aliança com a administração pública. Proibição de quaisquer espécies de subvenções, auxílios ou doações do governo da União dos estados ou Municípios a igrejas, congregações e organizações filosóficas ou religiosas;
- Como decorrência natural da separação entre as igrejas e o Estado, deve ser estabelecido o instituto do divórcio. A consciência dos católicos e o caráter sacramental do seu casamento lhes assegurarão a indissolubilidade do vínculo. Não lhes deve ser moralmente necessária a coação do Estado. Esta só significa, para os não-católicos, uma violentação ilegal de sua consciência, que não pode ser tolerada em um regime democrático, especialmente porque a instituição do divórcio não obrigará os católicos a se divorciarem.

8.3- Direitos cívicos: reformas no sistema jurídico e penal.

- Justiça barata e rápida, com a criação de juízes singulares, nas grandes cidades, para julgamento dos crimes de natureza leve e dos acidentes de trânsito; humanização efetiva da pena, evitando-se a reclusão celular mesmo na instituição do processo;

IX- Comunicação Social.

- Abolição dos monopólios de Imprensa, Rádio e Televisão, com supressão urgente dos favores oficiais concedidos a tais empresas;

X - Assistência Social.

- Disseminação de restaurantes populares mantidos pela administração pública, com refeições fornecidas a preço de custo;

XI- Educação.

- Plano nacional de educação que vise á transferência progressiva da totalidade do ensino para o Estado, suprimindo-se o ensino particular de fins lucrativos;
- Subordinação direta do ensino particular ao interesse público, com sua efetiva fiscalização;
- Lei diretora da educação nacional que assegure: a) progressiva e firme descentralização administrativa do sistema de ensino, respeitadas as diretrizes pedagógicas básicas para todo território nacional; b) escola primária para todas as crianças do país, sem desdobramento ou tresdobramento do período de ensino; c) reforma do ensino médio (ginásio e colégio) que objetive simplificá-lo e reduzi-lo no seu aspecto quantitativo, buscando também modificar radicalmente a qualidade e os objetivos pedagógicos do ensino. Como o ensino médio é ainda basicamente um curso de formação, a reforma deve consagrar uma nova definição de Humanismo, um humanismo baseado no trabalho, na ciência, nas efetivas necessidades da sociedade urbanizada e industrializada, nas conquistas materiais e espirituais do homem contemporâneo e nas aspirações de uma cultura progressivamente democratizada. d) criação de uma rede eficiente e flexível de escolas profissionais e técnicas de grau médio, a fim de atender à crescente e irresistível solicitação de numa sociedade que se industrializa e que necessita fundamentalmente de operários qualificados; e) autonomia administrativa, financeira e didática das universidades, consagrando o princípio de preenchimento efetivo de suas cátedras por especialistas de alto valor. Para tanto, estimular-se-á a vinda de professores estrangeiros eminentes, até que haja especialistas nacionais igualmente qualificados; f) sem prejuízo dos currículos gerais básicos, liberdade de programa e cátedra ao ensino médio e superior; g) verbas progressivas para pesquisa, especialmente no nível universitário; h) gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário. Gratuidade do ensino técnico-profissional, secundário ou superior; i) sistema de bolsas de estudo e de amparo geral aos estudante pobre, no ensino técnico-profissional, secundário e

superior na medida de suas necessidades e especialmente de sua vocação e merecimento; j) prioridade para concessão, aplicação e liberação de verbas destinadas ao ensino e à assistência ao estudante, especialmente ao superior; k) criação de uma rede de restaurantes e policlínicas junto às grandes escolas, especialmente as superiores; l) uniformização e seleção do material do livro didático, realizadas por eminentes especialistas nomeados pelo poder público, nos níveis primário e médio do ensino, e sua confecção e impressão pelo Estado, a fim de ser vendido a preço de custo ou distribuído gratuitamente; m) subordinação obrigatória do funcionamento das fábricas ou empresas agrícolas de relativa importância à instalação de escolas, creches, ambulatórios e cozinhas centrais junto a elas. n) correspondência do ensino técnico-profissional, de grau médio ou superior, com as características e necessidades da economia regional; o) remuneração do professor em bases compatíveis com uma existência digna, de modo a que tenha lazer, e recursos para seu progressivo aperfeiçoamento intelectual. Preparação profissional específica e concurso para o exercício do magistério em todos os seus

níveis e formas. Deve ser adotada uma escala de salário capaz de atrair o professor, especialmente o primário, para as regiões menos povoadas e de menores recursos; p) destinação de um mínimo de 20% da receita pública, nos orçamentos federal, estaduais e municipais, para o ensino, com aplicação obrigatória no mesmo ano orçamentário. Esta aplicação deve ser fiscalizada pelas entidades representativas dos professores e alunos, sendo severamente punidos por crime contra a educação popular a não aplicação ou desvio das verbas;

XII- Saúde.

- Organização de um plano de saúde pública, com o entrosamento dos serviços particulares, de modo a assegurar a assistência médico-dentária aos trabalhadores em geral, mediante remuneração mínima ou inteiramente de graça;
- Campanha nacional de combate às endemias e epidemias, entrosando os serviços e empresas particulares aos serviços gerais de saúde pública;
- Desenvolvimento da assistência hospitalar, com subordinação dos estabelecimentos de caridade já existentes a um plano geral de assistência, que coloque, muito deles, a serviço efetivo do povo.